

AS CIDADES INSULARES NO UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS

por
Rui Carita*

A cidade, salvaguardando certos aspectos pontuais pode ser considerada como a mais viva síntese da cultura ocidental, nela se podendo encontrar a representação do tempo na sua globalidade. É na cidade, através da capacidade imagética da memória, que podemos assim equacionar todo um passado histórico colectivo.

Não tem sido linear o caminho percorrido pelas várias áreas científicas que partilham o estudo da cidade, para a definição dos mecanismos da sua formação e transformação e, só um trabalho interdisciplinar poderá levar a conclusões minimamente aceites pelas áreas em questão¹.

Até ao período dos Descobrimentos e da Expansão, o espaço cultural português foi apurando formas próprias de produção do espaço urbano, patentes, por exemplo, numa certa originalidade da organização municipal e onde se espelham os legados dos vários povos que, de uma ou outra forma, geraram a diversidade e originalidade da cultura portuguesa. Este longo percurso encontra-se marcado por dois momentos específicos,

* Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, Universidade da Madeira.

¹ Encontra-se nesta data em funcionamento, no âmbito da Comissão dos Descobrimentos, um grupo de trabalho alargado encarregado de definir as bases deste trabalho, sob o título *A Cidade como Civilização: universo urbanístico português: 1415-1822*.

que ocorreram sob a forma de políticas reformistas da coroa portuguesa: as épocas de D. Afonso III a D. Dinis e D. Manuel I, esta última com a sistematização resultante da expansão ultramarina².

A época de D. Manuel I marcou assim uma nova definição do espaço geográfico e do estado português, com conceitos modernos e científicos, associados a uma perfeita definição estratégica de metas económicas e políticas. Perante a ineficácia dos modelos anteriores, incapazes de se adaptarem aos novos espaços e condições locais encontradas, a coroa portuguesa regimentou directivas excepcionalmente flexíveis, que criaram com o seu aperfeiçoamento sucessivo um quase *Método Lusitano de desenhar...*, como no século seguinte seria teorizado pelo engenheiro mór do reino, Luís Serrão Pimentel³.

Comparando, por exemplo, a planta portuguesa da antiga colónia de Sacramento no Uruguai com a da cidade castelhana de Montevideo, a poucos quilómetros de distância, as diferenças são notórias⁴. A Colónia portuguesa adapta-se ao terreno, repetindo alguns dos acidentes na sua malha urbana, de certa forma irregular e a tender para a formação de quarteirões rectangulares. Por outro lado, Montevideo é perfeitamente regular, como se todo o terreno tivesse sido aplanado para receber o desenho urbano, com todos os quarteirões regulares e quadrados.

Ora tratando-se de povoações determinadas em condições até certo ponto semelhantes, parece estarmos indubitavelmente em presença de duas formas totalmente diferentes de determinar e entender o espaço urbano.

A colonização das ilhas atlânticas

Salvo a experiência do Norte de África, onde uma ocupação preexistente dificulta o estudo dos trabalhos levados a efeito para a instalação

² Cf. *Newsletter* nº 1 do comissariado do grupo de trabalho citado, Arq^o. Walter Rossa, Renata Malcher de Araújo e Helder Carita, Lisboa, Fevereiro de 1997.

³ *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares & irregulares, fortes de campanha e outros pertencentes à arquitectura militar*, ed. António Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, Lisboa, 1680.

⁴ Publicámos estas plantas in “A colónia do Sacramento no Uruguai. Os engenheiros militares na construção da expansão dos séculos XVII e XVIII”, in *Oceanos*, nº 28, *Fortalezas da Expansão Portuguesa*, Comissão dos Descobrimentos, Lisboa, Outubro/Dezembro de 1996, págs. 81 e 94.

dos portugueses, a verdadeira experiência de ocupação e colonização deu-se na Madeira, a partir de 1420, então sob a supervisão de D. João I e do infante D. Henrique. As povoações fundadas, então sedes de capitania, teriam tido mesmo foral henriquino, de que temos referências, mas não o texto original. A sede da capitania do Funchal teve novo foral, então como vila, por volta de 1454, dado por D. Afonso V e por certo, a instâncias do seu todo poderoso tio, o infante D. Henrique, que só viria a falecer em 1460.

Com a passagem de D. Manuel para a frente da Ordem de Cristo, lugar até então ocupado pela sua mãe, a infanta D. Beatriz, assim como a sua posterior subida ao trono, mudaram profundamente os rumos da ocupação ultramarina portuguesa.

Saliente-se que a colonização das Ilhas Canárias tinha sido anterior, a cargo de aragoneses, franceses e castelhanos, mas a presença de população autóctone, os guanches, não deixaram que a acção fosse tão bem sucedida. Por outro lado, também a interferência do infante D. Henrique aqui se fez sentir, chegando a mandar ocupar algumas destas ilhas por escudeiros seus, no que também não foi bem sucedido. Assim, determinou a execução de razias e outros actos de pirataria aos seus escudeiros da Madeira, de que chegaram depois várias queixas a Lisboa, de tudo resultando um certo atraso na constituição efectiva da ocupação territorial.

Entretanto, já se encontrava em curso o povoamento do arquipélago dos Açores, inicialmente coordenado também pelo infante-regente D. Pedro e com elementos vindos da Flandres, enviados pela sua irmã D. Isabel, mas após o desastre de Alfarrobeira, o principais quadros directivos foram em grande parte afastados e substituídos por homens da confiança do infante D. Henrique. Em face disso, ao longo do século XV, o povoamento e colonização do arquipélago dos Açores não apresentou os resultados da Madeira.

As primeiras directivas manuelinas foram para o florescente Funchal. D. Beatriz tinha destacado para a montagem dos primeiros postos alfandegários o seu contador Luís de Atouguia, em 1477, depois encarregado das primeiras directivas de urbanização da nova cidade. O povoamento tinha-se organizado em dois núcleos: um a nascente, constituído por artesãos e marítimos; outro a poente, com as residências do capitão donatário e dos seus filhos. A proposta manuelina era a constituição de um núcleo intermédio, com os principais órgãos administrativos e religiosos.

O projecto parece ter sido verdadeiramente estratégico. Assim, em 1485 era delimitado por Luís de Atouguia, com regimento de D. Manuel, o chão do Duque, área até então ocupada com as primeiras experiências de plantio de cana-do-açúcar, onde se haveria de construir a futura câmara, paço dos tabeliães e igreja grande e, no ano seguinte, era já enviado um pelourinho para o Funchal, em calcáreo-brecha da Arrábida, material que se tornaria depois quase emblemático do poder manuelino.

O edifício da câmara e do paço dos tabeliães do Funchal iniciava-se pouco depois de 1485 e encontrava-se concluído em 1492. No ano seguinte, iniciava-se a chamada *igreja grande*, segundo traça vinda do continente e numa dimensão logo criticada localmente⁵, mas que o rei não se cansou de mandar aumentar e, mandou acabar em 1514, já para Sé Catedral⁶. Ainda hoje, a Sé do Funchal apresenta o retábulo manuelino atribuído à oficina do mestre da Lourinhã, único ainda no seu local original, cadeiral e o pequeno altar-mór em pedra de Arrábida, sagrado em nome de Nossa Senhora e das 11 Mil Virgens na visita de D. Duarte, bispo de Dume, a 18 de Outubro de 1516.

Nos finais do século XV, também D. Manuel incentivava decididamente a constituição dos municípios açorianos. Assim, em S. Miguel, depois de uma tentativa frustrada de constituição de Vila Franca do Campo como cabeça da Ilha, elevada a vila por volta de 1472, logo contestada com a instalação de alguns notáveis locais em Ponta Delgada, esta última foi elevada também a vila em 1499, situação confirmada ainda em 1507. A nova vila em breve confirmou o seu interesse económico, levando à transferência para a sua sede da alfândega de Vila Franca do Campo, em 1518⁷.

⁵ Em sessão camarária de 20 de Abril de 1489, os moradores mandaram escrever a D. Manuel que a obra da Igreja Grande “*ao presente não era cousa possível*”. Mais tarde, em carta de Junho de 1489, o Duque repreende os moradores, não permitindo que os mesmos gastassem o dinheiro da imposição do vinho senão nas obras determinadas.

⁶ Na sequência da bula papal do papa Leão X, datada de 12 de Junho de 1514 e que elevava o Funchal a sede de Bispo.

⁷ Sobre este assunto consultar Fátima Sequeira Dias, *Ponta Delgada, 450 anos de cidade*, Ponta Delgada, 1996 e José Damião Rodrigues. *O governo municipal nos arquipélagos portugueses do Atlântico (1425-1750). Análise comparativa das oligarquias insulares*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992, idem, *Poder municipal e oligarquias urbanas. Ponta Delgada no século XVII*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

Entretanto, os interesses gerais da navegação já apontavam as ilhas centrais como potenciadoras de maiores interesses, surgindo as ilhas de Jesus Cristo, hoje Terceira, e do Faial, com as suas importantes baías da Praia, de Angra e da Horta, como acolhedores portos e justificando a elevação a vilas entre 1480 e 1498. A passagem de Vasco da Gama por estas ilhas no retorno da primeira viagem à Índia, no seguinte ano de 1499, confirmou esse interesse. Assim, em breve, Angra era sede da provedoria das armadas, com regimento de 1520 e num breve lapso de tempo, impunha-se a todo o arquipélago. Em 1534 era elevada a cidade e sede de bispado⁸, a par de Cabo Verde, São Tomé e Goa, dentro do arcebispado do Funchal, criado pouco antes, em 1526.

O interesse dos Açores no segundo quartel do século XVI está também patente na presença do primeiro prelado, D. Agostinho, logo em 1537, embora depois tenha regressado ao continente e provido no bispado de Lamego, ao contrário da Madeira, por exemplo, que sendo sede de bispado desde 1514, só conheceu bispo residente em 1558⁹.

As directivas gerais do urbanismo português atlântico

Infelizmente ainda estamos longe de poder sistematizar este assunto de uma forma coerente e minimamente científica. Faltam neste momento elementos de estudo monográfico, assim como a publicação da documentação camarária insular, por certo, de que fizeram parte inúmeros regimentos e cartas régias a este respeito, mas de que já sabemos também que muito pouca dessa documentação sobreviveu. Após esse primeiro passo, haverá ainda que tentar recolher noutros acervos os documentos em falta e discutir todo este assunto com elementos de outra formação, para se poderem chegar a consensos alargados.

No início do povoamento, a escolha do sítio para uma povoação tinha em atenção em primeiro lugar três factores: a existência de uma baía ou enseada que servisse de bom porto, pois todas as comunicações eram então

⁸ Cf. Francisco Maduro Dias, *A Cidade de Angra: na ilha de Jesus Cristo da Terceira que está em 39 graus*, ed. comemorativa dos 450 anos da cidade de Angra, 1985 e José Manuel Fernandes, *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Presença, 1989.

⁹ Padre António Cordeiro, *História Insulana*, reedição fac-simile da de 1717, Região Autónoma dos Açores, 1981, págs. 275 e 276.

marítimas; a existência de água potável, essencial à subsistência da futura população e ao reabastecimento das embarcações de passagem, assim como de terrenos próximos susceptíveis de cultivo. O problema das águas mantém-se ao longo dos séculos seguintes como uma das grandes preocupações camarárias e será dos assuntos de que dependia sempre a instalação, por exemplo, dos colégios dos jesuítas.

O problema da escolha de um sítio com bom acesso ao mar tinha ainda sempre em conta a possibilidade de resguardo próximo, ou seja, um sítio recuado com boas possibilidades de defesa para o caso de tentativas de desembarque pirata ou corsário. Se inicialmente, ao longo do século XV, o domínio quase que absoluto dos mares pelos navios portugueses não pressupunha a possibilidade de confronto imediato, a própria mentalidade da época em relação ao mar e aos seus perigos não deixava, no entanto, de o relembrar.

Com o desenvolvimento das ilhas atlânticas, as populações começaram a organizar-se em municípios, como no restante território português e, com a subida ao trono de D. Manuel, foi o próprio rei a incentivar decididamente essa organização, delimitando assim, até certo ponto, o poder dos capitães donatários. Foi o que se passou na Madeira, por exemplo, com a criação das câmaras de Ponta do Sol e da Calheta, em 1501 e 1502, na capitania de Machico, com a criação de Vila de Santa Cruz, em 1515, contra o que se debateu arduamente a vila de Machico, sem resultado, enviando, inclusivamente, procuradores ao reino.

A existência de regimentos manuelinos indicando, muitas vezes, que deveria ser seguido, genericamente, o “*da cidade de Lisboa*”, ou como se fazia “*na cidade do Porto*”, é perfeitamente sintomático dessa directiva régia. As directivas para a câmara do Funchal indicavam quase sempre que se deveria proceder como em relação à câmara de Lisboa, o mesmo devendo ter acontecido em relação à câmara de Angra, enquanto para Ponta Delgada, por vezes, se lembrava a câmara do Porto.

A filiação do urbanismo quinhentista de Angra no de Lisboa é patente na sua malha urbana, que segue muito de perto o modelo implantado no Bairro Alto, logo nos inícios do século XVI, tal como esse também pode ser filiado no trabalho levado a cabo alguns anos antes em Tomar¹⁰. Acrescente-se que um dos autores do trabalho levado a cabo em Lisboa foi o contador de D. Manuel, Luís de Atouguia, que exercera idên-

¹⁰ José Manuel Fernandes, *ob. cit.*

tico trabalho alguns anos antes no Funchal, demarcando o Campo do Duque. As directivas manuelinas para Lisboa estenderam-se assim a todas as povoações ultramarinas, com as varandas de sacada ou balcões, como determinou D. Manuel I, em 1502 “*que não passassem de dois palmos*”¹¹.

Saliente-se, no entanto, a excepcional flexibilidade da coroa manuelina e depois joanina, que enviando determinadas ordens, indicava quase sempre para se discutir esse assunto com os “*práticos*”. Assim aconteceu no Funchal, por exemplo, com a demarcação do Campo do Duque, em 1485, efectuado na presença dos oficiais da Câmara e depois em 1523, na ordem de D. João III para lhe serem enviados orçamentos da construção de baluartes em Santa Catarina e no Corpo Santo. Em carta à Câmara, o rei manda que se reúnam com o capitão, com o provedor da fazenda “*e com alguns pedreiros e pessoas que o muito bem entendam*”.

Acresce ainda que, pontualmente, ainda despachou D. Manuel técnicos e materiais para apoio a muitas das construções ultramarinas. Podemos citar o conjunto enviado para a Sé do Funchal do retábulo, cadeiral e altar-mor, por certo acompanhado de técnicos para a sua montagem e que, localmente, teriam criado uma pequena escola, depois responsável por uma série de obras dispersas pela Ilha e também determinadas por D. Manuel. O mesmo se devendo ter passado em Ponta Delgada, onde a matriz de São Sebastião exhibe dois portais manuelinos em pedra continental, de execução requintada e concerteza obra dos estaleiros reais então em actividade.

Os meados do século XVI e a implantação das directivas do Concílio de Trento marcaram ainda as cidades atlânticas com uma nota de religiosidade muito específica. Principalmente os colégios jesuítas, construídos nos locais mais centrais e dominantes, marcarão definitivamente a paisagem urbana. No entanto, igualmente as restantes Ordens se vão implantar, levando a que uma cidade como Angra, que nunca ultrapassou os 20.000 habitantes, chegasse a possuir nove conventos.

Também com os meados e finais do século XVI e a insegurança que passa a dominar as povoações portuguesas ultramarinas, e não só, a coroa vê-se obrigada a entender de uma outra forma a defesa destas povoações, surgindo a necessidade de implantação de modernas obras de fortificação,

¹¹ Helder Carita, *Bairro Alto, tipologias e modos arquitectónicos*, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, pág. 18.

até então não especificamente necessárias. Esta acção leva à presença de mestres de obras reais, que passam igualmente a ser responsáveis por todas as obras levadas a cabo com os dinheiros da fazenda real, ou sejam nas igrejas matrizes, nas câmaras e em grande parte dos conventos.

Saliente-se que, dentro do espírito da Contra-Reforma, liderada pela Península Ibérica de D. João III e de Carlos V, a defesa era primeiro da “*fé e da religião*” católica do Concílio de Trento e só depois da “*pátria*”. Efectivamente, assim pregaram os jesuítas nas trincheiras de Ponta Delgada, nos ataques dos ingleses de 1597, como já noutra local referimos¹², pois no fundo, o que ainda estava em causa era a defesa do *Mare Clausum* do católico Tratado de Tordesilhas, reconhecido pelo papado, contra um *Mare Liberum*, advogado pelos protestantes franceses e ingleses. Neste quadro, a fundação dos colégios das Ilhas por D. Sebastião, como se cita na carta régia de 1572, “*especialmente em tempo tão perigoso e nas Ilhas onde há tanto concurso de estrangeiros*”.

Numa primeira apreciação, podemos encontrar imediatas diferenças entre as condicionantes iniciais do povoamento português dos séculos XV/XVI com o seu principal concorrente, o castelhano, depois genericamente identificado como espanhol. As condições iniciais portuguesas foram muito mais primárias e simples, ou mais pobres em meios, dada a época em que decorreram, enquanto as espanholas, numa fase subsequente, dispuseram de uma muito mais rica disponibilidade. Assim, os espanhóis, por exemplo, escolheram sítios mais planos e abertos, onde podiam espriar as rígidas determinações que traziam.

Por outro lado, os portugueses utilizaram como métrica o triângulo/rectângulo, logo uma métrica muito mais flexível, dando quarteirões rectangulares, servidos por uma rua principal, estruturante e ruas travessas, com a primeira muitas vezes articulada com uma “*rua direita*” e uma “*rua carreira*”, para desenrolar os cavalos. Os espanhóis utilizaram como métrica, por seu lado, o cubo/quadrado, obtendo urbanizações muito mais regulares e também mais rígidas.

Para os portugueses, dada a falta de meios, havia que rentabilizar ao máximo tudo o que encontravam disponível, muitas vezes mesmo obras

¹² “Ponta Delgada e os problemas de defesa nos séculos XVI e XVII. Os Militares e os Jesuítas”, comunicação ao colóquio comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada, Março de 1997 (no prelo).

locais, preexistentes, assim como mão-de-obra e até tecnologias locais. Este aspecto levantou alguns problemas no sentido mesmo das estéticas seguidas e criou algumas clivagens com os vários técnicos estrangeiros a trabalhar em Portugal. Principalmente os italianos, habituados a uma outra filosofia de vida e disponibilidade, colocavam quase sempre a estética acima da funcionalidade, enquanto para os portugueses, era o contrário, o que não deixou de levantar inúmeros problemas, por exemplo, nas fortificações do Norte de África.

Curiosamente, quase contra os próprios ventos da História, as métricas e filosofias manuelinas foram sendo sempre seguidas, como o palmo e meio para o avanço das varandas, a métrica rectangular para o quarteirão, a inexistência de grandes praças com arcarias de origem, filosofia que tentaram implantar pelos italianos, etc., tudo sendo essencialmente funcional. Para um pequeno país, que no espaço de pouco mais de dois séculos, “*deu novos mundos ao mundo*”, era a única forma possível.

